****

**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**GOVERNO DE MOÇAMBIQUE**

**Reformas legislativas levadas a cabo pelo Governo de Moçambique de Abril de 2015 à Julho de 2017**

O presente documento tem como objectivo apresentar reformas legislativas (Leis, Decretos, Decretos-Lei, Diplomas Ministeriais, Códigos, Políticas e Regulamentos aprovados e publicados no Boletim da República) levadas a cabo pelo Governo de Moçambique no âmbito do Diálogo Público Privado de Abril de 2015 à Junho de 2017.

|  |  |
| --- | --- |
|  **Legislação** | **Ministério/****Instituição** |
| **2015** |
| **Lei n.º 6/2015, de 6 de Outubro** -que cria as Centrais de Registo de Crédito Privada e o seu regulamento Decreto n.º 11/2016, de 16 de Maio – o objectivo é ter um sistema de informação de crédito que reuna o máximo possível de informação na mesmo base de dados. | BM |
| **2016** |
| **Decreto n.º 10/2016 de 25 de Abril que altera artigos do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas** – simplifica e uniformiza os procedimentos para estabelecimento de instalações eléctricas de 7ª Categoria. | MIREMEEDM |
|  |  |
| **Política e Estratégia Industrial, Aprovado na 14.ª Sessão Ordinária do CM de 03 de Maio de 2016** – tem como objectivo aumentar a diversificação da produção industrial; incremento do emprego; expansão da cadeia de valor e de valor acrescentado dos produtos nacionais; reduzir importações e aumentar exportações. | MIC |
|  |  |
| **Lei n° 4/2016, de 3 de Junho,** Lei das Telecomunicações - assegurar a partilha de infra-estruturas no sector das telecomunicações. | MTC |
|  |  |
| **Lei n.º 6/2016 de 16 de Junho, Lei que altera a lei 23/2014 de 23 de Setembro, Lei de Educação Profissional (EP)** – aprova emendas permite a entrada em vigor da Autoridade Nacional do Ensino Profissional, o regime dos estágios a atribuição da ANEP as competências de apoiar as instituições da EP na implementação dos respectivos programas de estágio e prevê a criação do Fundo Nacional da Educação Profissional em que as empresas irão contribuir com um montante de até 1% da folha de salários. | MCTESP |
|  |  |
| **Diploma Ministerial n.º 35/2016 de 31 de Agosto,** que autoriza os navios estrangeiros, a exercem a actividade de cabotagem em Moçambique sob determinadas condições**.** | MTC |
|  |  |
| **Decreto n.º 37/2016, de 31 de Agosto, sobre os mecanismos e procedimentos para a contratação da mão-de-obra estrangeira** – a luz deste decreto, não é necessário anexar a Certidão de Quitação do INSS no regime de contratação, no âmbito da quota (n.º 2 do artigo 10) e no regime autorização (n.º 3 do artigo 18) e o flexibilizada a mobilidade do trabalhador estrangeiro em território nacional (artigo 24 e 25). | MITESS |
|  |  |
| **Código de Publicidade - Decreto n.º 38/2016 de 31 de Agosto de 2016** - com vista a adequá-la a conjuntura actual pois encontrava-se literalmente desajustada. | MIC |
|  |  |
| **Lei n.º 13/2016, de 30 de Dezembro que aprova o Código de Imposto sobre o Valor Acrescentado** –aprovar os procedimentos para a operacionalização das novas normas do Código do IVA. | MEFAT |
|  |  |
| **Lei n.º 11/2016 de 30 de Dezembro que aprova o texto da Pauta Aduaneira e as respectivas Instruções Preliminares** –com objectivo determinar os direitos aduaneiros e demais imposições incidem sobre as mercadorias importadas e exportadas no território aduaneiro. A nova edição incluie 233 conjuntos de alterações, sendo 85 destinados ao sector de Agricultura, 45 ao setor Químico, 25 ao sector de Máquinas, 18 ao sector de Transportes, 15 ao setor Têxtil, 13 ao sector de Madeiras, 6 ao sector de Metais comuns e 26 destinados a outros sectores. | MEFAT |
| **2017** |
| **Lei n.º 3/2017 de 9 de Janeiro, Lei de Transações Electrónicas -** regula as transacções electrónicas em geral, o comércio electrónico e o governo electrónico em particular, bem como garantir a segurança dos provedores e utilizadores das tecnologias de informação e comunicação. | MCTESP |
|  |  |
| **Diploma Ministerial n.ᵒ 20/2017, de 2 de Março**,que autoriza a conceder Visto de Fronteira, a 44 Postos de Travessia, na Cidade de Maputo e nas Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado. | MINTMCTUR |
|  |  |
| **Decreto n.° 3/2017, de 24 de Março,** (resultante da revisão do Decreto n.ᵒ 108/2014, de 31 de Dezembro) que aprova o Regulamento que estabelece o Regime Jurídico aplicável aos estrangeiros, relativo a entrada, permanência e saída do País. | MINTMCTUR |
|  |  |
| **Decreto n.º 8/2017, de 30 de Março,** que regula aprovar os procedimentos para a operacionalização das novas normas do Código do IVA. | MEF/AT |
|  |  |
| **Decreto n.º 3/2017, de 24 de Marco -** regulamento da Lei que estabelece o regime juridico aplicavel aos cidadães estrageiros, relativo à entrada permanencia e saida do pais. | MITESS |
|  |  |
| **Decreto n.ᵒ 39/2017 de 28 de Julho - Regime Juridico Simplificado de Licenciamento para o Exercício da Actividade Económica,** com objectivode estabelecer um regime jurídico simplificado e da certidão de mera comunicação prévia das actividades económicas, que pela sua natureza, não acarretam impacto negativo ao ambiente, saúde pública e para economia no geral (artigo n.ᵒ 09). | MIC |